

INCONSCIENTE: UM RESGATE DE SUA DIMENSÃO SOCIAL-HISTÓRICA

Marion Minerbo

Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo

Este trabalho esboça um resgate da dimensão social-histórica do inconsciente em seu duplo registro: sincronia e diacronia. Do ponto de vista da sincronia, enfatiza-se, tomando como exemplo o desemprego, a importância das instituições como pano de fundo da vida psíquica. Sua falência no mundo contemporâneo leva a impasses na subjetivação que se manifestam também como sintomas sociais. Do ponto de vista da diacronia aborda-se a crise das representações do trabalho como índice de um verdadeiro abalo sísmico no imaginário radical de nossa época.

Descritores: Inconsciente. Desemprego. Trabalho. Organizações.

Garcia-Roza situa de forma admiravelmente clara a revolução que a descoberta do inconsciente significou na história do pensamento ocidental. Até Descartes, a subjetividade não constituía um campo para a investigação filosófica. Depois dele, ela se tornou o centro do homem: a verdade habita a consciência. “Diante da incerteza quanto à realidade do mundo objetivo Descartes afirma a certeza do *cogito*.” (1984, p.14).

Entretanto, continua Garcia-Roza, a emergência da subjetividade não significou, com Descartes, a emergência do sujeito (o Eu), mas, sim, de uma essência humana universal. A singularidade é apenas um momento deste logos universal. Será com Hegel, e enquanto desejo, que o homem se revela a si mesmo como um Eu. A autoconsciência, entretanto, está aprisionada numa “certeza subjetiva”; o simbólico, código exterior a cada subjetividade, é necessário para que a busca de uma verdade objetiva seja possível. O ideal platônico da busca da verdade ob-

jetiva continua no horizonte, bem como identificação da subjetividade com a consciência.

“Epistemologicamente, a Psicanálise não se encontra em continuidade com saber algum, apesar de ligada arqueologicamente com um conjunto de saberes sobre o Homem.” (Garcia-Roza, 1984, p.22). Há, portanto, uma ruptura epistemológica: a clivagem da subjetividade.

A partir deste momento, a subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas: o Inconsciente e o Consciente – e dominada por uma luta interna em relação à qual a razão é apenas um efeito de superfície. (p.22).

Abre-se um espaço para se falar do homem enquanto ser singular (o Eu) e para que a singularidade fale e seja escutada. O desejo, que era visto como um entrave ao uso lúcido da razão na busca da verdade objetiva, muda de estatuto: agora é a verdade do desejo inconsciente que será buscada.

Em resumo, vimos nascer o Homem, mas também os homens, isto é, sua singularidade, aquilo que os constitui enquanto sujeitos do desejo. O inconsciente se tornou objeto de estudo; foi institucionalizado enquanto saber; foi problematizado em suas dimensões tópica, econômica, dinâmica e genética; foi formulado de maneiras diferentes por autores diversos; por pouco não ganha, em nosso imaginário, o estatuto de “órgão da alma”, com toda a carga de materialidade da expressão. De qualquer forma, parece ter se transformado numa propriedade do indivíduo: cada um tem o seu, que se localiza “dentro” dele, determinando sua maneira de ser, pensar e agir – boa razão para tratá-lo com cuidado, principalmente na tenra infância.

Gostaria neste trabalho de resgatar um aspecto do inconsciente que parece ter se diluído neste percurso: sua dimensão social-histórica¹ de-

1 A historicidade do inconsciente não é incompatível com sua atemporalidade. Bernardo Tanis, em sua dissertação de mestrado *Memória e Temporalidade*, afirma que uma visão psicanalítica teria que “dar conta de dois aspectos da temporalidade do

nominada por Castoriadis (1975) de *imaginário radical*. A inquietação crescente do psicanalista no que diz respeito às formas de subjetividade – e de psicopatologia – contemporâneas² o exige. Para tanto urge ampliar a noção de inconsciente para além da visão metapsicológica. Tomaremos como exemplo, ao longo do texto, a questão do desemprego e suas repercussões psíquicas – em nosso modo de ver, áreas de impasse na constituição da subjetividade.

Segundo Castoriadis (1990), o imaginário radical se atualiza como sociedade e como história – como o social-histórico – em duas dimensões: o instituído e o instituinte.

Dentro desta perspectiva, a historicidade do inconsciente admite dois recortes temporais distintos: sincronia e diacronia, que serão tratados separadamente.

No nível da *sincronia*, consideraremos a dimensão instituída do imaginário radical. As formas simbólicas operantes numa determinada época constituem a dimensão transindividual do inconsciente. A subjetividade se constitui no seio das instituições reproduzindo e naturalizando o *instituído*. Este movimento de socialização da psique é responsável pelas formas de subjetividade de cada época, como veremos adiante. Dito de outra forma, as instituições, cuja maneira de ser varia historicamente, são as matrizes simbólicas do sujeito psíquico.³

E no nível da *diacronia* resgataremos a dimensão instituinte do imaginário radical, estrato de produção, de criação dos modos de ser pe-

sujeito (...). No id um tempo que não transcorre, que é eterno, que obedece ao processo primário, que ignora o referente pois ele é senhor absoluto, um outro, tempo finito, no corpo e na existência humana, tempo do corte, do desmame, das perdas, da castração, da morte.” (p.119). A atemporalidade do inconsciente está, pois, referida ao id, enquanto sua historicidade se inscreve no tempo da existência humana.

- 2 Tema desenvolvido em minha tese de doutorado *A relação psique-mundo a partir de um caso de compulsão a comprar*: uma matriz de desconstrução, orientada pela Prof. Dra. Latife Yazigi e defendida na UNIFESP em dezembro de 1997.
- 3 Expressão de Guirado (1995), título de seu livro *Psicanálise e análise do discurso*: matrizes institucionais do sujeito psíquico.

los quais a instituição se dá, concretamente, a cada época. Esta dimensão, que pode ser dita ontológica, inventa a cada vez novos significados para os mesmos símbolos. Ao resgatar as formas de subjetividade de cada época, a história das mentalidades nos obriga a supor um estrato produtor do sentido, ordem de determinação das representações que o homem se dá, a cada época, como única forma possível de ser. O imaginário radical é, portanto, a fonte do que se dá, a cada época, como sentido indiscutível; é a capacidade do homem, a cada época e cultura, de fazer surgir como imagem “o que não foi nem é” (Castoriadis, 1990, p.177); é o estrato produtor de sentido humano, onde são criados os mitos (como o de que vivemos para trabalhar) com que tecemos nossas vidas.

Percebe-se que no primeiro recorte temporal do inconsciente, as instituições - no seio das quais o sujeito psíquico se constitui - são *instituintes* com relação ao psiquismo em formação; no segundo recorte elas funcionam como *instituído*, isto é, admitem, elas mesmas, a cada época, um instituinte.

Sincronia

A dimensão simbólica do inconsciente foi introduzida por Freud (1913) em vários estudos, dentre os quais destacamos *Totem e Tabu*. Neste, as pontes entre Psicanálise e Antropologia são lançadas; Freud cria uma hipótese sobre os primórdios da vida grupal e das instituições originárias. A horda primeva se transforma em grupo por meio da institucionalização de duas normas, o tabu do incesto e a adoração do animal totêmico, ambas decorrentes do assassinato do pai da horda por seus filhos. Segundo sua hipótese, a universalidade da estrutura edipiana poderia ser remontada a este momento, matriz simbólica da civilização. A proibição do incesto e do parricídio, núcleo estruturante do inconsciente individual, já fariam parte de um inconsciente *transgeracional*, filogenético. Este inconsciente transcende o indivíduo e sua singularidade; estas significações já estão ali, dadas pela instituição (diacronia), antes que o indivíduo venha investi-las, sincronicamente, de um valor singular a partir de sua própria história emocional, de suas pulsões.

Lendo atentamente este texto de Freud, Kaës (1991) chama a atenção para a duplicidade ontológica do ser humano, voltado para si mesmo e, simultaneamente, inserido na cadeia das gerações. A psique reflete, pois, esta duplicidade, apoiando-se por um lado sobre o corpo – as pulsões – e por outro lado, sobre o social – as instituições. O inconsciente individual, recorte privilegiado na clínica, e o transindividual, indispensável para pensarmos as formas de subjetividade contemporâneas, referem-se a esta duplicidade.

Abre-se uma via fecunda para o estudo da *socialização* da psique.

O processo da instituição social do indivíduo, isto é, de socialização da psique é, indissociavelmente, o de uma psicogênese e o de uma sociogênese. É uma história da psique ao longo da qual ela se altera e se abre para o mundo social-histórico mediante seu próprio trabalho e sua própria criatividade; é uma história da imposição à psique, pela sociedade, de um modo de ser que ela jamais poderia fazer surgir a partir de si mesma, e que fabrica-cria o indivíduo social. (Castoriadis, 1990, p.405).

A socialização da psique em determinado tempo e lugar nos remete à dimensão *sincrônica* da historicidade do inconsciente. A sociogênese nos remete àquilo que, no inconsciente individual, *reproduz o instituído*, naturalizando-o. Ao constituir-se enquanto sujeito, este se representa

... um *eu*, um *outro* e um *vínculo* creditado como possível. Com isto acaba naturalizando aquilo que é instituído, absolutizando aquilo que é relativo. A relação instituída passa a ser representada como natural, como tendo que ser assim. (Guirado, 1997, p.147).

Sem o quê não pode haver socialização da psique.

Introduzindo nosso exemplo, o trabalho concebido como forma privilegiada do vínculo social e exercício de autonomia individual começou a ser inventado em 1776, com Adam Smith (Méda, 1996). Vale dizer, *instituído*, aproximadamente da forma como o conhecemos hoje, isto é, como “emprego em tempo integral” Ora, uma vez instituído ele se autonomiza, isto é, naturaliza-se e passa a ser vivido, no imaginário dos indivíduos, como única forma de ser possível. A própria palavra “desemprego” sugere que o não-trabalho é exceção, indicativa da incapacidade

do sujeito em manter-se no emprego. Não há como escapar a estas representações: bem empregados, estamos conformes ao ideal de ego de nossa época; desempregados, é a vergonha de estarmos aquém deste ideal.

A afirmação de Kaës (1991) de que o inconsciente individual se apóia sobre o corpo e sobre as instituições tem consequências radicais. Parte do inconsciente não pertence ao indivíduo mas às instituições sobre as quais se apóia; uma parte do self está “fora de si mesma”, no duplo sentido de estar depositada nas instituições e de nos expor ao desapossamento, à alienação. É justamente a parte mais primitiva e indiferenciada de nossa psique que está engajada na vida institucional. Ao realizar suas funções, a instituição “realiza funções psíquicas múltiplas para os indivíduos na sua estrutura, na sua dinâmica e na sua economia pessoal.” Ela realiza “funções meta-defensivas (...) frente a angústias psicóticas (que ela mobiliza e trata tendo em vista seu próprio fim).” (Kaës, 1991, p.8).

Neste sentido, podemos imaginar a que ponto a sobrevivência psíquica individual depende da continuidade e estabilidade das instituições que formam o “fundo implícito”, silencioso e invisível, de nossa vida psíquica. A crise do *self* na modernidade corresponde, para este autor, à nossa experiência de discontinuidade das instituições.

As coisas ficam confusas: o fundo imperceptível de nossa vida psíquica, até então gerenciado pelas garantias metafísicas, sociais e culturais da continuidade e do sentido irrompe violentamente na cena psíquica e na cena social. (Kaës, 1991, p.3).

O homem contemporâneo testemunha dolorosamente, enquanto busca novas estruturas em substituição àquelas que desapareceram:

... a experiência da nossa loucura comum, da nossa parte louca escondida nos meandros da instituição: massividade dos afetos, discussão obnubilante e repetitiva de idéias fixas, paralisia da capacidade de pensamento, ódios incontroláveis, (...) *acting* e somatização violentas. (Kaës, 1991, p.4).

Como denuncia Forrester (1996), diante da situação econômica contemporânea, esta maneira de pensar, tomada de forma absoluta, resulta numa efetiva violência simbólica.

Inconsciente: um Resgate de sua Dimensão Social-Histórica

Insiste-se em considerar norma um passado extinto, um modelo apodrecido (...) Que impostura! Tantos destinos massacrados com o único objetivo de construir a imagem de uma sociedade desaparecida baseada no trabalho e não em sua ausência. (p.13).

A falência de uma instituição que julgávamos eterna repercute a nível psíquico individual, tornando visíveis as consequências da súbita descontinuidade entre a vida psíquica individual e institucional. Sem continente institucional adequado, a angústia psicótica, desorganizadora e destrutiva, emerge sintomaticamente aqui e ali, frequentemente como violência social. Dito de outro modo, sem um espaço transicional adequado para negociar seu narcisismo, o homem contemporâneo se encontra diante de um verdadeiro impasse na subjetivação. Que margem de manobra resta ao desempregado para negociar seus conflitos – edipianos e narcísicos - numa sociedade que valoriza, superlativamente, exatamente aquilo que não existe mais? Impasse, portanto.

O conflito do sujeito contemporâneo não gira apenas em torno de ter/não ter um pênis, ou destruir/recriar/perder o objeto. Numa superposição entre metapsicologia e ontologia, seu conflito se desloca para a possibilidade ou impossibilidade de *ser*. Diante de um conflito insolúvel no real, de uma contradição efetiva entre as formas culturalmente valorizadas e o momento histórico atual, o sujeito acaba recorrendo, em algum grau, à mutilação psíquica como solução radical ao conflito ser/não-ser: é o preço da violência simbólica.

Diacronia

A saída deste impasse exige que tomemos em consideração a dimensão diacrônica da historicidade do inconsciente. Uma mudança nas significações instituídas sobre o trabalho passa, necessariamente, por uma virada no imaginário radical. É claro que uma genealogia do trabalho nos ajuda a tomar consciência da relatividade desta forma de ser, que tendemos a reproduzir. Entretanto, como numa análise comum, há resistência à mudança.

Méda (1996) escreve uma “história do trabalho”, fazendo uma extensa genealogia de nossa forma atual de concebê-lo. Podemos dizer que a história das representações sobre o trabalho produzidas pelo imaginário radical ao longo das épocas. Assim, apesar do “emprego em tempo integral” ser apenas uma maneira, dentre outras possíveis, de se conceber o trabalho e organização do espaço público, transformou-se numa norma social – ameaçada, contudo, pelo desemprego galopante.

“Defensivamente”, em lugar de uma abordagem crítica desta forma de organização do espaço público e sua eventual reformulação, vemos um esforço desesperado para manter esta norma intacta: os governos lutam para criar empregos a qualquer custo. Outro aspecto da inércia “defensiva” do imaginário radical é a ampliação absurda do que se entende por trabalho: se não há emprego para todos, todos podem ser “prestadores de serviços”. Continuamos agarrados às mesmas representações sobre o trabalho, como o atestam certas estratégias políticoeconômicas que apenas reforçam e reproduzem uma maneira de pensar cada vez mais inviável - pagando, naturalmente, um preço caríssimo pela manutenção do *status quo*.

A mentalidade do “trabalho a qualquer custo” invade todas as relações sociais, tomando posse delas de forma perversa. Citamos Méda (1996) para ilustrar o absurdo deste caminho, em que o corpo social adere “defensivamente” às suas representações, recusando qualquer mudança, apesar do sofrimento decorrente desta maneira de ser:

Escutamos dizer atualmente que uma das maneiras de se reconhecer novas riquezas e de criar empregos seria, por exemplo, considerar os cuidados com os pais idosos por seus próprios filhos como uma atividade social a ser financiada pela coletividade ... (p.299).

Contudo, a autonomização do imaginário com relação ao trabalho, tendo atingido o paroxismo, começa a entrar em crise. A diferenciação entre trabalho e emprego, agora plenamente visível para nós, assinala a crise de nossas representações sobre ele - ponto de virada no imaginário radical. Estas representações, com as quais construímos nossas vidas e educamos nossos filhos, funcionam para nós como verdadeiros mitos. A

resistência é natural. É natural que nos agarremos a elas, com medo do futuro desconhecido.

É com angústia e sofrimento que vivenciamos a derrocada deste mito, fundante de uma forma social que julgávamos eterna e natural. Pior, não sabemos o que vai ocupar seu lugar, não apenas no sentido de ganha-pão, mas também como lugar e forma de vínculo social e realização pessoal. Este movimento de fratura no terreno das representações sobre o trabalho (bem como outras áreas de fratura social) evidencia um verdadeiro abalo sísmico no imaginário radical de nossa época, e pode ser um primeiro passo para sairmos do impasse em que se encontra o capitalismo pós-industrial.⁴

“Desencantar o trabalho”, na expressão de Méda (1996) – derrubar ou relativizar nossos mitos sobre ele - é justamente inventar (e acreditar), a partir do imaginário radical, novos sentidos, tanto para o trabalho, quanto para o que entendemos como “realização pessoal” Por exemplo, retirarmos a carga excessiva de expectativas que nele depositamos, modificando radicalmente nossas representações, bem como a linguagem que empregamos (ex: desemprego). Esta condição é necessária, segundo a autora, para liberar um espaço público onde poderão ser exercidos, ao lado da produção e prestação de serviços, outros modos valorizados de socialização, de expressão individual e de constituição da identidade; numa nova ordem social, atividades regidas por outras lógicas que não a do trabalho poderão surgir. Isto, por sua vez, permitiria reorganizar o trabalho (Méda, 1996, p.301).

*

4 Segundo Méda (1996), o paradoxo consiste em termos conseguido produzir o máximo reduzindo ao mínimo tempo e esforço necessários, mas criamos a categoria “desemprego” – com o cortejo de sofrimento que o acompanha - para designar o tempo livre decorrente deste processo. Em outras palavras, abolimos o trabalho mas ele continua instituído como norma em nossa sociedade.

O tão almejado desencantamento do mundo parece ter conduzido a uma crise das sociedades ocidentais. Há crise das significações imaginárias sociais, “que já não fornecem aos indivíduos normas, valores, referências e motivações que lhes permitam fazer funcionar a sociedade e mantê-los, bem ou mal, em algum ‘equilíbrio’ existencial.” (Castoriadis, 1996, p.21). O novo mito produzido pelo imaginário radical parece ser, paradoxalmente, (e de maneira extremamente simplificada), o de que “não acreditamos mais em mitos” O estado atual de fragmentação do mundo o atesta – cada qual vivendo de acordo com seus mitos particulares; os universais desapareceram, sendo que o único “valor” universal parece ser precisamente este...

Ora, “não acreditar em mito” nos coloca diante de uma condição humana sem sentido. Entretanto, sabemos que a abertura da mônada narcísica mãe-bebê para o mundo social-histórico – e portanto a renúncia à sua onipotência - só é possível com uma condição: “o requisito mínimo para que este processo possa se desenvolver é que a instituição ofereça à psique um *sentido*.” (Castoriadis, 1990, p.117). O sem-sentido conduz a uma crise no processo identificatório, cuja expressão sintomática na cena social, sem solução visível a curto e médio prazo, é assustadora.

Assim, apesar de termos perdido as ilusões acerca da imortalidade das instituições, urge reinventar outros modos de vida que façam sentido para nós. Urge acreditarmos, ainda que de maneira relativa, em alguma coisa. Fica a pergunta: seremos nós ainda capazes de inventar os mitos de que necessitamos para viver, acreditando neles por algum tempo, ou já estamos excessivamente escaldados, incapazes de acreditar em coisa alguma e de lutar por ela?

MINERBO, M. Unconscious: A Retrieval of its Socio-Historical Dimension. *Psicologia USP*, São Paulo, v.10, n.1, p.335-45, 1999.

Abstract: This paper outlines a retrieval of the socio-historical dimension of the unconscious in its synchronic and dyachronic registers. From the synchronic point of view, taking unemployment as an example, the importance of the institutions is emphasized as the background of

Inconsciente: um Resgate de sua Dimensão Social-Histórica

psychic life. Its failure in contemporary society leads to impasses in subjectivation which also finds expression in social symptoms. From the dyachronic point of view, the crisis of the representations of labour is seen as a sign of a real earthquake in the radical imaginary of our times.

Index terms: Unconscious. Unemployment. Labour. Organizations.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris, Seuil, 1975.
- CASTORIADIS, C. *Le monde morcelé*. Paris, Seuil, 1990.
- CASTORIADIS, C. *La montée de l'insignifiance*. 1996.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1996.
- FREUD, S. (1913). *Totem e tabu*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1974. v.13, p.12-194.
- GARCIA-ROZA, L.A. *Freud e o inconsciente*. 11.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- GUIRADO, M. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo, Summus, 1995.
- GUIRADO, M. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. *Psicologia USP*, v.8, n.1, p.143-55, 1997.
- KAËS, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1991. p.1-39.
- MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris, Alto Aubier, 1996.
- MINERBO, M. *A relação psique-mundo a partir de um caso de compulsão a comprar: uma matriz de desconstrução*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo.
- TANIS, B. *Memória e temporalidade*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.